

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Transformações na educação superior durante a década de 90. Os casos do brasil e da Argentina.

Reynaldo Zorzi Neto.

Cita:

Reynaldo Zorzi Neto (2009). *Transformações na educação superior durante a década de 90. Os casos do brasil e da Argentina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1040>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Transformações na educação superior durante a década de 90

Os casos do Brasil e da Argentina

Reynaldo Zorzi Neto¹

Assistimos não só no Brasil e na Argentina, mas em toda a América Latina (talvez com exceção de Cuba) ao processo de implantação do modelo neoliberal. A primeira consequência verificada é a perda da já combatida soberania dessas nações no que diz respeito a formulação e implantação de políticas públicas. A margem de liberdade desses governos eleitos para implementar medidas que constavam de seus programas de governos, na medida em que estes se tornam “reféns” dos organismos internacionais. Assim, a “vontade da sociedade”, que democraticamente debate e determina qual projeto é mais factível para o país, torna-se secundária frente uma política que emana de organismos externos que exigem o “enquadramento” dos países, sob pena de ameaças e retaliações. Uma das principais consequências do aprofundamento dessa relação de dependência às políticas ditadas pelas agências internacionais é a deterioração crescente na crença da democracia em resolver os problemas sociais. Esse elemento, somado à perda do prestígio dos políticos pós-ditadura e o aumento da pobreza e desigualdade entre as classes sociais, acabam por

¹ Estudante especial de pós-graduação na UnB (Universidade de Brasília). Mestre em América Latina pelo PROLAM (Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina) pela USP (Universidade de São Paulo). Professor da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Email: paneladeferro@hotmail.com

contribuir para a continuidade de uma situação histórica de fragilidade dos regimes democráticos, com a eclosão, de tempos em tempos, de líderes e movimentos que, com “soluções mágicas” para os problemas da região, vilipendiam a democracia na região.

A adoção do receituário do Banco Mundial, pelos governos Carlos Saul Menem e Fernando Henrique Cardoso, na formulação e execução de políticas traduz-se também *“na retirada do Estado ou na sua renúncia enquanto um agente econômico produtivo e empresarial”* (SOARES: 2001, 154). Deriva dessa proposição a privatização de empresas estatais, reduzindo a participação estratégica do setor público na economia do país. Percebe-se, dessa forma, a produção de todo um discurso nas sociedades para dotar a iniciativa de uma eficiência que seria inerente a sua natureza, uma vocação que só ela, em rejeição ao público, conteria. Esse discurso, num momento posterior, expande-se além das fronteiras da participação da economia chegando até as áreas sociais. É assim que se apregoam também as vicissitudes do setor privado em setores como educação e saúde, em detrimento de um sistema público desmoralizado frente às sociedades. Esses elementos, se encaixam em outra ideia do neoliberalismo, presente no discurso do FMI e do Consenso de Washington.

(...) que é a do estabelecimento de um “Estado mínimo” que cumpra apenas as funções básicas como educação primária, a saúde pública e a criação e a manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico. Ou seja, a proposta era de que o Estado se afastasse das funções que não fossem “prioritárias” para a alavancagem de um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado (SOARES: 2001, 155).

Outro aspecto que merece menção é o ideário de que deve haver uma liberalização do comércio exterior. Com o intuito de “modernizar” as estruturas produtivas dos dois países e torná-las tão competitivas quanto as do primeiro mundo, praticou-se no Brasil e na Argentina uma ampla política de abertura de importações, imaginando-se que as estruturas produtivas locais pudessem competir de maneira “livre” no mercado internacional e mesmo internamente.

Inúmeras são as conseqüências que decorrem do modelo neoliberal adotado pelos governos Menem e FHC. Primeiramente, podemos destacar que a determinação com que se buscou na Argentina e no Brasil o controle dos gastos e da inflação não levou em conta as conseqüências sociais dos caminhos adotados. Se houve um “sucesso relativo inicial” das medidas, alcançando-se por exemplo o objetivo de baixar a inflação, a recessão gerada por esta política de austeridade a qualquer preço acaba atingindo a sociedade de modo desigual, porque penaliza aqueles indivíduos de mais baixa renda, justamente aqueles que mais precisam da ajuda dos serviços públicos de assistência social. Na medida em que o programa de ajuste fiscal provocou drásticos cortes nos gastos, retirou-se de setores como saúde e educação recursos essenciais para o bom funcionamento

desses sistemas. SOARES (2001: 157) afirma, a respeito das conseqüências da adoção dessa política neoliberal, que houve “(...) *um agravamento da já iníqua alocação de recursos para as políticas sociais. Provocou-se uma recessão, aumentando o desemprego e piorando ainda mais a situação dos mais carentes, o que obviamente desencadeou uma elevação na demanda por benefícios e serviços sociais (...).*”

Interessante notar que, para validar os cortes nos investimentos públicos, os governos de ambos os países se utilizam da construção de “mitos inquestionáveis”. O jornalista César Benjamin, analisando o caso brasileiro e tomando como exemplo a adoção, pelo governo FHC da “Lei de Responsabilidade Fiscal”, desmistifica o discurso governamental:

“É fácil ver que (...) em nome foi imaginado sob medida pra impedir o debate: quem pode ser contra uma “lei de responsabilidade”? Ademais, o que ela diz parece ser coerente com a experiência de casa um: os governos (como os chefes de família...) não podem gastar mais do que arrecadam. Não é simples? Não. Em primeiro lugar, há muitos anos o governo brasileiro arrecada em impostos mais do que gasta com salários, custeio e investimento. Tem superávit primário. O déficit só aparece quando agregamos as despesas ao pagamento dos juros do capital financeiro. Como a lei não prevê – nem admite – a compressão dessas despesas, mas sim das demais, ela poderia chamar-se “Lei da Prioridade do Uso de Recursos Públicos para Pagamento dos Bancos”, ou “Lei que Declara que Educação e Saúde são Menos Importantes que Bancos” ou “Lei que Torna Intocáveis os Lucros do Sistema Financeiro, Nacional e Estrangeiro, Mesmo que as Custas de Cortes em Atividades Essenciais”, ou simplesmente Lei do Mais Forte – nomes que, pelo menos, teriam o mérito de permitir um debate.”²

No que diz respeito, especificamente, à retração dos investimentos estatais no campo educacional, deve-se destacar que ela acaba por contribuir enormemente para a reprodução da desigualdade social. A manutenção de um sistema escolar público cada vez mais precário, em contraposição a existência de “ilhas de excelência”, acaba por reservar os melhores espaços sociais àqueles grupos da população que tiveram acesso a uma melhor formação escolar. Como demonstram BOURDIEU & PASSERON (1975), a educação acaba por se constituir um elemento fundamental para manter e ampliar o gigantesco fosso existente entre as classes sociais.

Em relação à política de abertura de importações praticada pelos governos Menem e FHC, as conseqüências têm sido nefastas para ambas as sociedades. Se de fato alguns ramos da produção

² BENJAMIN, César. O poder das palavras. In: Revista Caros Amigos. Ano 5, n.58, São Paulo, jan. 2002.

nacional conseguiram sobreviver ao processo de “liberalização das importações”, modernizando suas estruturas, o mesmo não valeu para todos os setores. O principal resultado dessa política foi o aumento substancial do desemprego nos dois países que, somado a fatores de ordem estrutural, decorrentes do chamado processo de reestruturação produtiva, chegou a níveis alarmantes no final da década, tanto no Brasil como na Argentina. No segundo país, inclusive, podemos observar que esse fenômeno tem contribuído para o agravamento do atual quadro de instabilidade política e social.

Na apreciação das reformas ocorridas nos sistemas de educação superior brasileiro e argentino observamos que existe uma profundidade na implementação dos processos consideravelmente distinta. No Brasil, FHC conseguiu fazer caminhar o processo de reformas nas universidades com uma velocidade maior, na medida em que as oposições, ainda que existentes, mostraram-se incapazes de resistir ao processo governamental (o maior exemplo disso são os processos de avaliação das universidades, como o PROVÃO, Exame Nacional de Cursos, que acabou por se transformar numa realidade inquestionável do sistema). Na Argentina, as reformas educacionais apresentaram um contraste visível com o cenário mais geral. Se o governo implementou, no campo econômico, o projeto neoliberal com relativa facilidade, Menem encontra resistência de setores organizados e representativos da comunidade acadêmica, tradicionalmente opositores ao peronismo e defensores da autonomia universitária, desde logo combatida pelo governo. No entanto, a crise econômica que se abate no país e fica muito visível no final do século já vinha sendo produzida pelas medidas e políticas econômicas adotadas pelo governo Menem ao longo da década, refletindo-se na situação das universidades e levando-as a condição falimentar. Em entrevista, o educador argentino Pablo Gentili exemplifica:

O sistema educacional argentino mais parece um doente terminal, uma pessoa que esta na UTI e você não sabe ate quando vai durar. Podemos até comparar com a situação universitária do Brasil com a Argentina, como um processo de progressiva contratação do investimento público na área social e especificamente na área educacional. De qualquer forma, no Brasil existe um suporte que permite, apesar da crise, que a universidade continue sendo espaço de docência, extensão e pesquisa. Os professores com salários achatados têm que multiplicar sua carga horária, ter vários empregos, mas a universidade continua se constituindo num emprego. Já na Argentina, a universidade deixou de ser, há muito tempo, um emprego para os professores. Imaginem que 70 por cento dos professores trabalham num regime chamado “dedicação simples”. São doze horas

semanais, com salário médio de 112 a 115 dólares! É uma situação de catástrofe! Eles trabalham em quatro ou cinco lugares diferentes e isso impede e limita severamente a possibilidade de produção acadêmica, intelectual, de pesquisa. Os órgãos de financiamento à pesquisa sofreram um ajuste ainda maior.

Se existem diferenças entre o alcance e a profundidade das reformas no ensino superior dos dois países, notamos, entretanto, inúmeras similaridades também, como parte da adoção de uma política deliberada, em conformidade com o Banco Mundial, assumida pelos governos brasileiro e argentino para o setor. A primeira constatação que nos chama a atenção é a alteração da relação entre o público e o privado, durante os dois mandatos de Menem e FHC. Na Argentina, atuou como “freio” para o desenvolvimento do ensino privado no país o acesso irrestrito às universidades nacionais, que Menem, diga-se de passagem, não conseguiu eliminar. Por outro lado, observamos o surgimento de uma série de novas instituições privadas na década de 90 que, embora não tenham mudado de maneira significativa a relação de ofertas de vagas, que continuaram em ampla maioria públicas, atuam como elemento perigoso para o setor. O governo não criou limitações para o crescimento do ensino pago, ao contrário, praticamente legalizou o “negócio” da educação estabelecendo, graças ao apoio da maioria menemista na Câmara e no Senado, *“critérios mais ambíguos para que o Estado possa outorgar subsídios ao ensino superior privado, legitimando o subsídio a estabelecimentos que não gratuitos”*. (AGUILAR, 1994: 99)

No Brasil, conforme determina a política do Banco Mundial, os estabelecimentos de ensino privado cresceram como nunca na década passada, alternando a relação de oferta de vagas com o setor público. Em detrimento da qualidade, a diversificação do sistema trouxe consigo a massificação do ensino superior, como surgimento de novas instituições que só apresentavam como objetivo o lucro. Assim, o sistema educacional de ensino superior foi transformado num negócio, diga-se de grande lucratividade, pois costumava (e costuma) conjugar altas mensalidades a isenções fiscais, salas de aula cheias, investimentos mínimos em infra-estrutura (na base da sala, carteira, lousa e giz), assim como um corpo docente mal pago e a inexistência, em muitos casos, de uma infra-estrutura de apoio básica (bibliotecas, laboratórios e demais dependências) voltadas para melhoria do ensino e da aprendizagem. Finalmente, devemos relacionar o crescimento dessas instituições de ensino a três fatores que podemos considerar como fundamentais na explicação desse fenômeno:

a) Crescimento da demanda por vagas. Amplos estratos da sociedade, que sempre enxergaram na continuidade dos estudos o principal fator de ascensão econômica, mas viam-se impossibilitados

pela oferta de educação superior insuficiente nas décadas passadas, pressionam pelo acesso ao ensino superior. Diante do quadro apresentado, não é preciso dizer, a “democratização” do acesso (cuja melhor expressão poderia ser o “democratismo” do acesso) não acarreta o fim da exclusão social, mas a manutenção do *status quo*, porque se oferece àquelas novas camadas que conseguiram chegar à universidade em ensino que, além de pago, é de qualidade inferior ao público. Esse processo, “de uma escola para o rico e outra para o pobre”, como já foi denunciado por BOURDIEU & PASSERON (1975), reproduz um sistema de ensino injusto e que esconde o fato de que os melhores de espaços sociais continuam sendo ocupados por aquelas parcelas da sociedade que tiveram acesso a uma educação privilegiada. Ratificando o que afirmam os dois autores em relação ao papel da escola no processo de exclusão social, SILVA (1999: 124) conclui:

(...) o sistema de ensino é de grande importância para a manutenção da ordem estabelecida, porque, ao mesmo tempo em que a legitima, dissimula as hierarquias escolares criadas, e as hierarquias sociais. Para cumprir esse papel, a escola exclui de seu meio as classes dominadas, impedindo-as de perceber e constatar as verdadeiras causas da exclusão. A escola por sua vez, tem que convencer o indivíduo de que o destino é escolha ou conquista própria de cada um, sem relação com as necessidades geradas pela sociedade.

b) Ao fenômeno da expansão da procura pelo ensino universitário, soma-se a mudança no paradigma do Estado enquanto agente promotor desse nível de ensino, o que pode ser observado nos dois países estudados. Dessa forma, os governos Menem e FHC aceitam o receituário do Banco Mundial, que através do seu relatório *Prioridades y Estrategia para la Educación: Examen del Banco Mundial*, recomenda explicitamente que se mantenha o nível de financiamento da educação básica e secundária, deixando de lado a especialização e as instituições que oferecem ensino profissionalizante e técnico além, e claro, do ensino superior.

c) Finalmente, o último fator que possibilita o crescimento “sem fronteiras” do ensino privado é a inexistência de vontade política do Estado em criar mecanismos de controle efetivo do funcionamento dessas instituições, coibindo a proliferação daquelas de qualidade duvidosa. Assim, o discurso governamental que se propõe a implementar a “nova” administração pública tem como objetivo, em tese, fiscalizar o funcionamento das instituições privadas de ensino superior; porém, na prática, assistimos ao grande crescimento dessas, sem nenhuma regulamentação por parte do governo. Isso apontou claramente para o aprofundamento da visão do ensino como um negócio,

na medida em que a importância social da educação é diminuída e “confinada” às relações e mecanismos de mercado.

É dessa forma que as políticas públicas atravessaram *“um processo de mercadorização do espaço estatal ou público, sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta anarquia do mercado, hoje estruturado por organismos multilaterais a agirem em toda a extensão do planeta”* SILVA JR. & SGUISSARDI (1999: 68)

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR, Luis Henrique. **Estado desertor: Brasil – Argentina nos anos de 1982 – 1992**. Tese de doutorado. Campinas, FE/UNICAMP, 1994.
- BALÁN, Jorge. **Políticas de financiamento de las universidades nacionales em el contexto de la reforma del Estado: el caso argentino. Proyecto comparativo de políticas de educación superior en América Latina**. Santiago, 1991.
- BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Prioridades e estratégia para la educación: examen del Banco Mundial**. Washington, 1996
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reinaldo Bairão. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1975.
- CATANI, Afrânio Mendes. **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. Editora Autores Associados, Campinas, SP, 1998.
- CATANI, Afrânio Mendes (org.) **América Latina: impasses e alternativas**. Humanitas/FFLCH/USP, São Paulo, 2000.
- KROTSCH, Pedro. **La universidad frente a los desafíos de la imprevisibilidad y la integración social**. In: cadernos CIPEDDES, n. 6 (1), Campinas, mar. 2000.
- MOLLIS, Marcela. **La privatización de la educación superior: perspectiva del sur no angloparlante**. In: cadernos CIPEDDES, n. 1 (12), mar., Campinas, 2001.
- MOROSINI, Marília da Costa. **Integração universitária no Mercosul: desafio do século XXI**. In: **Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia** (vários autores). Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, São Paulo, 1992.
- **REVISTA CAROS AMIGOS**. Ano 5, n. 58, São Paulo, jan. 2002.
- SILVA, Mônica Aparecida Rocha. **Reformas de educação superior na América Latina: estudo de dois casos (Brasil e Chile)**. Dissertação (mestrado), PROLAM/USP, São Paulo, 1999.

- SILVA JR., João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces do ensino superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção.** Ed. da Universidade São Francisco, Bragança Paulista, S.P, 1999.
- SOARES, Maria Clara Couto. **Banco Mundial: políticas e reformas. In: WARDE, Miriam Jorge et al. O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo, Cortez editora, PUC/SP e Ação educativa, 1996.
- SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Editora Vozes, Petrópolis, R.J, 2001.